

Orçamento de 90 recebe crítica do PT e do PRN

BRASÍLIA — O orçamento de 1990, aprovado quarta-feira pelo Congresso Nacional, não satisfez nenhum dos dois partidos com candidatos à presidência da República. Tanto o PT quanto o PRN não se contentaram com a forma como serão distribuídos os NCz\$ 338,8 bilhões, a preços de maio (cerca de NCz\$ 2,7 trilhões em janeiro, se a inflação de dezembro for de 45%). A deputada Irma Passoni (PT-SP), representante do PT na comissão que trata do tema, afirmou que o orçamento é um emaranhado de projetos definidos sob pressões políticas e econômicas no apagar das luzes do governo Sarney, sem obedecer a qualquer racionalidade, em prejuízo da área social. "Este orçamento não reflete as necessidades da população nem as prioridades da Frente Brasil Popular", criticou a deputada.

O deputado Nelson Sabrá (PRN-RJ) também criticou o projeto por apresentar distorções prejudiciais ao próximo presidente. Um destes pontos é a programação especial, uma lista de projetos no valor de NCz\$ 1,6 bilhão que será encaminhada junto com a lei orçamentária como indicativo de prioridades para o próximo presidente.

O deputado César Maia (PDT-RJ), um dos relatores, considera estas manifestações como jogo de cena dos partidos, e reconhece aperfeiçoamentos no orçamento.

Um deles é a proibição de o presidente Sarney iniciar obras novas em seus últimos meses de governo. Outro é a correção mensal dos limites para despesas em 90% do IPC ou pelo índice da arrecadação de impostos (o que for menor). Se com a correção parcial houver sobra de recursos após a posse do novo presidente, ele poderá utilizar o dinheiro para realizar as obras relacionadas na programação especial.

O relator do projeto, deputado Eraldo Tinoco (PFL-BA), acatou emendas de parlamentares que remanejaram cerca de NCz\$ 3,2 bilhões, a preços de maio. Com as mudanças, um dos bene-

ficiados foi o Poder Judiciário, que enfrentou uma briga com o Executivo, recusando-se a aceitar cortes em seu orçamento, e enviou diretamente sua proposta para o Congresso apreciar. Os parlamentares não concederam os NCz\$ 3 bilhões solicitados pelo Judiciário mas elevaram suas dotações de NCz\$ 1,6 bilhão para NCz\$ 1,9 bilhão, rejeitando, no entanto, o início de novas obras para o Judiciário.

No Executivo, o maior beneficiado com as mudanças foi o Ministério dos Transportes, que abocanhou mais NCz\$ 403 milhões, ficando com uma dotação total de NCz\$ 4,8 bilhões, inferior apenas ao orçamento do Ministério da Previdência e Assistência Social, de NCz\$ 40,5 bilhões, e da Educação, de NCz\$ 6,8 bilhões. Apesar de ter uma dotação global mais elevada, a área da educação não conseguiu realizar a mesma pressão que os empreiteiros na divisão dos recursos remanejados, e recebeu uma dotação extra de apenas NCz\$ 258 milhões, contra NCz\$ 403 milhões acrescidos às obras viárias.

Os cortes utilizados para o remanejamento, no entanto, atingiram duramente a área social. O ministério que mais perdeu com o remanejamento foi o do Trabalho, que ficou sem NCz\$ 557 milhões, sem o qual seu orçamento caiu para NCz\$ 3 bilhões. O Ministério da Previdência perdeu NCz\$ 384 milhões, e os três ministérios militares perderam juntos NCz\$ 292 milhões.

O Ministério dos Transportes abocanhou mais de NCz\$ 792 milhões do total de NCz\$ 1,6 bilhão, seguido do Ministério da Agricultura, com NCz\$ 248 milhões, e da Educação, com NCz\$ 183 milhões. A Eletrobrás receberá NCz\$ 180 milhões, o Ministério do Interior terá NCz\$ 93 milhões, o da Saúde, NCz\$ 90 milhões, a Presidência da República ficará com NCz\$ 80 milhões e, por último, o Ministério da Justiça terá NCz\$ 10 milhões na programação especial.